

JORNAL DA REDE

ANO 4

Nº 09

ABRIL/95

**REDE NACIONAL
FEMINISTA
DE SAÚDE
E DIREITOS
REPRODUTIVOS**

IMPRESSO

Cerca de 300 pessoas participaram do Debate Nacional "Mulher; Saúde, Sexualidade e Cidadania", promovido pela Rede e organizado pelo IDAC, nos dias 30 e 31 de março, no Rio de Janeiro. Representantes do setor saúde, do movimento pela Reforma Sanitária, da academia, imprensa, agentes da coope-
além do próprio movimento de mulheres das políticas sociais de Brasil, enfocando o ensino e pesquisa na



ração internacional, movimento de mulheres das políticas sociais de universidade; a

municipalização; a atenção à saúde da mulher no contexto macro-econômico e sexualidade. Apesar de convidado, o Ministro da Saúde, Adib Jatene, não compareceu ou designou um representante. Sua ausência causou surpresa entre os(as) presentes, que encaminharam ao Ministro uma carta de protesto, publicada nesta edição. Em seguida, foi realizado o III Encontro Nacional da Rede (1 a 3/04), que teve o Debate Nacional como principal referência para a definição de prioridades e estratégias para 1995/1996. Durante três dias se avaliou: a atuação da Rede nos níveis nacional e regional ao longo de 1994; o próprio Debate; o processo de repasse da Secretaria Executiva para São Paulo; o trabalho realizado pelas comissões temáticas e as perspectivas para o próximo biênio.

A equipe do Jornal da Rede esteve presente nos dois eventos e traz, nesta edição, a cobertura completa de seus resultados.

1995 abre um novo ciclo na história da Rede com a realização do Debate Nacional "Mulher: Saúde, Sexualidade e Cidadania".

Visando ampliar a discussão sobre as políticas de saúde para a mulher no país para além do movimento feminista, o debate procurou formar consensos, estabelecer compromissos dos diversos segmentos envolvidos com a questão e traçar estratégias para melhorar os serviços. Foram convidadas parcerias políticas interessadas no diálogo e na construção de um modelo de assistência norteado pelos princípios da ética e pelo cumprimento do direito à saúde e ao bem-estar social.

Nessa perspectiva é que causou decepção a ausência do Ministério da Saúde, o que se somou ao fato de que, uma semana antes, o governo federal anunciou sua intenção de financiar um programa de planejamento familiar de amplo alcance e contando com grande volume de recursos. É importante lembrar que durante a gestão Itamar - com a qual o presidente Fernando Henrique faz questão de se identificar - o governo assumiu uma postura das mais progressistas no processo e Conferência do Cairo, defendendo o reconhecimento público dos direitos reprodutivos das mulheres.

Reverendo esta trajetória caberia perguntar: como um governo, que pensa em viabilizar a resolução da questão social no Brasil a partir do diálogo, recusa o primeiro convite feito por um segmento importante da sociedade civil com este objetivo? Se a proposta de governo é dar continuidade aos compromissos firmados pela gestão anterior, como se explica que elabore um programa de planejamento familiar sem a participação do movimento de mulheres - responsável historicamente pela introdução da saúde e dos direitos reprodutivos na agenda política nacional?

Este fato dá sinais de que entre a intenção de priorizar as questões sociais e o gesto de fazê-lo a partir do diálogo com a sociedade civil há uma distância enorme. Apesar do desrespeito do Ministério da Saúde para com as integrantes da Rede e demais convidadas/os presentes, espera-se que esta ausência seja apenas pontual e não tenha a dimensão de descaso ou ruptura com a proposição do diálogo solidário. Ao mesmo tempo, daremos continuidade à estratégia de abrir novos canais de discussão para consolidar as atuais parcerias e estimular a proximidade de outros setores que, tanto quanto nós, se mostrem interessados na construção coletiva de um novo modelo de assistência integral à saúde da mulher.

CARTA AO MINISTRO

Ao
Exmo. Sr. Ministro da Saúde

Rio de Janeiro, 31 de março de 1995

Prof. Dr. Adib Jatene

Sr. Ministro,

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, realizou nos dias 30 e 31 de março de 1995 o Debate Nacional, "Mulher: Sexualidade, Saúde e Cidadania".

Esse debate contou com a presença de aproximadamente 300 participantes do país inteiro, cientistas, pesquisadores, lideranças feministas e de movimentos populares entre outros, e foi concebido para a formulação de estratégias e parcerias de interlocução em prol da Política Nacional de Saúde, em particular da Saúde da Mulher.

Inúmeras gestões foram feitas na tentativa de contar com o Ministério da Saúde no elenco de nossos interlocutores, tanto através de convite formulado a V.Exa. para a abertura de nossos trabalhos, assim como mediante a presença de representante de seu ministério em painel na qualidade de palestrante.

Lamentamos profundamente a ausência do Ministério da Saúde neste evento.

Tal fato é de extrema gravidade para nós, considerando que: a saúde da mulher é ponto programático do atual governo, explicitado e destacado durante a campanha eleitoral; que a situação dos serviços de saúde no país é de profunda crise, tanto na desarticulação como na definição de diretrizes; que nós mulheres somos mais da metade da população brasileira, o maior grupo de risco e um dos segmentos populacionais mais organizados e dinâmicos.

Consideramos inadmissível tal descaso e omissão, especialmente vindo de um governo que propõe parceria solidária com a sociedade civil.

Atenciosamente.

Rede Nacional Feminista de Saúde
e Direitos Reprodutivos

III ENCONTRO NACIONAL DA REDE

Resultados

A Secretária Executiva da Rede, Maria Betânia Ávila, abriu o III Encontro Nacional destacando, entre as atividades organizadas no ano passado, a participação na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo'94) - inclusive na delegação oficial brasileira - e o Seminário de avaliação realizado em dezembro. Foram lembradas, também, as gestões junto ao Congresso Nacional para aprovação dos projetos de lei sobre aborto e planejamento familiar. Uma vez que, até o final do ano, estes projetos não foram aprovados, o acompanhamento desse processo deve continuar este ano.



Maria Betânia Ávila e Mariska Ribeiro, na abertura do evento

Que PAISM é este?

A principal contribuição do Debate Nacional (ver págs. 4 e 5) para a definição de temas e estratégias, foi trazer à tona a relação entre o conceito de integralidade (ver box) e o modelo de assistência à saúde. Inspirada nesta formulação, a Assembléia Geral decidiu trabalhar a municipalização da saúde em todo o país através de uma campanha de mobilização da sociedade e pressão ao poder público, cujo mote é: "QUE PAISM É ESTE?"

Ainda com este objetivo, será posta em prática uma revisão do PAISM. Para isso, criou-se um grupo de trabalho que deverá incorporar, por exemplo, questões como saúde da mulher trabalha-dora e saúde mental, que hoje não estão incluídas de maneira objetiva nas bases de ação programática do PAISM. A idéia é que, depois de ser discutida pelas regionais, a proposta seja formalizada num documento dirigido às autoridades responsáveis pelas políticas de saúde no país. Este

GT é formado por Clair Castilho (Casa da Mulher Catarina); Kátia Ratto de Lima (SMS/RJ); Estela Aquino (MUSA); Elylene Leocádio (SOS CORPO); Ana Costa (NuSS de Brasília) e Maria do Espírito Santo (CEDIM).

TEMAS EM DESTAQUE

Temáticas como maternidade, tecnologias reprodutivas/ contraceptivas e AIDS tiveram destaque especial. Com relação à AIDS, as regionais serão estimuladas a se manifestar publicamente sobre eventuais campanhas realizadas por órgãos públicos ou privados, visando introduzir aí uma abordagem de Gênero.

Também foi amplamente discutida a crise por que passa a assistência à gestação, parto e puerpério, sendo o parto a 2ª causa de internação no país (dados levantados a partir das AIHs - Aurotizações de Internação Hospitalar) e as péssimas condições que a mulher enfrenta nesse momento. Foi reforçada a necessidade de se fazer uma sensibilização de profissionais para a assistência à gravidez, parto e puerpério. Maternidade e Tecnologias deverão ser considerados em todas as propostas de políticas pensadas pela Rede e também na revisão do PAISM.

A garantia de atendimento ao aborto legal também está na pauta da Rede. A idéia é promover eventos como os que estão sendo preparados em Recife e na Paraíba (ver matéria na pág.7). Além disso, foi definido que o aborto legal será o tema de uma campanha nacional para 28 de setembro - Dia Mundial de Luta pelo Aborto Livre.

A exemplo do Debate Nacional,



Exposição montada pela Comissão de Comunicação

outras iniciativas deverão ser organizadas com o objetivo de garantir a visibilidade da Rede. A proposta fará parte da pauta de trabalho da Comissão de Comunicação, que já lançou a primeira idéia: promover o lançamento do filme "Ventre Livre", de Ana Luiza Mendonça, que trata das questões do aborto e esterilização. Já estão sendo feitos contatos com a cineasta gaúcha para viabilizar o lançamento simultâneo do filme em Recife, Goiânia e Rio de Janeiro, por ocasião do Dia 28 de Maio.

A Conferência da ONU sobre a Mulher foi o último ponto de pauta, precedido por uma conversa informal com Rosiska Darcy de Oliveira, recém chegada do PrepCom. Fortalecendo a sua participação no processo para

Beijing, a Rede vai formalizar uma parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras e outras redes feministas visando contribuir com críticas e sugestões para o documento das mulheres e o documento oficial do governo, dentro dos temas saúde e direitos reprodutivos; ampliar a circulação de informações através das conferências eletrônicas das redes APC e alternex; e fortalecer o lobby nesta reta final. Para isso, vai solicitar uma representação específica para a Rede na Conferência Nacional - em maio - e na própria Conferência de Beijing.

DAS COMISSÕES

Os trabalhos das quatro comissões temáticas da Rede - Mortalidade Materna; Mulheres & AIDS; Comunicação; Maternidade & Gênero - foram avaliados, trazendo como principal dificuldade as limitações impostas pela distância geográfica e morosidade no sistema interno de comunicações. A maior integração com o Conselho Diretor da Rede foi apontada como passo importante para fortalecer suas atividades.

A Comissão Mulheres & AIDS se propõe a questionar o Ministério da Saúde acerca de questões fundamentais como a ausência de uma perspectiva de saúde integral, o desinteresse pela saúde reprodutiva e a adjectivação do termo 'mulher' por parte do PNDST/AIDS. A Comissão Maternidade & Gênero (CMG), por sua vez, inaugurou uma parceria inédita e promissora na Rede com dois pesquisadores da Rede pela Humanização do Nascimento (REHUNA). Eles participarão das reuniões da Comissão na qualidade de ouvintes. A CMG pretende, ainda em 1995, fazer uma campanha nacional pelo direito das mulheres ao parto/nascimento com ênfase: na **epidemia da cesárea**; direito a acompanhante durante o parto e direito de "nascer direito". As propostas da CMG incluem: fortalecimento da comunicação interna e participação da Rede no evento nacional a ser realizado pela REHUNA em 1995.

Já a Comissão Aborto & Mortalidade Materna (Camm) propôs uma discussão sobre a viabilidade e o interesse de se adotar o tema da **feminização da pobreza** proposto pela Campanha Contra a Mortalidade Materna de 1995, pela Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos. Propôs também a intensificação da mobilização pelo aborto legal. Como estratégias, a Camm salientou a necessidade de reafirmar parcerias com o CFEMEA, buscar apoio junto à Comissão de Seguridade Social

da Câmara de Deputados e uma aproximação com a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

A Comissão de Comunicação (CC), que organizou uma exposição de materiais impressos e uma mostra de vídeos - num total de 100 títulos - durante o Debate Nacional, chamou a atenção para a importância desta iniciativa. Logo na primeira manhã todos os materiais gratuitos foram distribuídos e 70% dos materiais à venda foram comprados por pessoas que estavam no Debate e em outras convenções que ocorriam paralelamente no Hotel Glória.

De forma propositiva, a CC definiu como seu papel na Rede: contribuir na elaboração conceitual sobre **comunicação & gênero** e sua relação com os direitos reprodutivos; garantir a circulação de informações internas e para fora da Rede. Irá ainda fazer uma pesquisa nacional sobre o material educativo/informativo produzido pelos grupos da Rede, analisando sua eficácia e potencial transformador; e promover um seminário interno de formação/treinamento para elaboração de políticas e estratégias. Para melhor cumprir seu papel de eixo, a CC solicitou assento nas reuniões do Conselho Diretor.

8ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE DA MULHER - SÃO PAULO/ 1996 -

As Conferências Internacionais sobre Saúde da Mulher acontecem a cada três anos, reunindo mulheres que atuam no campo da saúde e direitos reprodutivos dos vários continentes. As últimas conferências foram realizadas na Costa Rica, Filipinas e Uganda. A oitava edição será promovida pela Rede na capital paulista em 1996. Uma comissão formada por grupos de São Paulo foi criada para coordenar o evento, em articulação com as regionais, com a Rede Latinoamericana e do Caribe de Saúde das Mulheres, com o Movimento de Saúde de Genebra e com a Rede Feminista de Saúde da Nicarágua.

Os principais objetivos da 8ª Conferência são: promover o resgate e a reflexão acerca do conhecimento conceitual acumulado nesse campo; fomentar o debate sobre políticas de população e ajuste estrutural; estimular discussões sobre a influência da mídia no debate sobre saúde e direitos reprodutivos e possibilitar uma avaliação de estratégias de intervenção e organização do movimento de mulheres no campo da saúde.

A Conferência terá um caráter representativo, contando com a participação de, no máximo, 350 mulheres que atuam na área da saúde e direitos reprodutivos e temas afins.

DESVENDANDO A INTEGRALIDADE

O conceito de integralidade, na perspectiva feminista, pressupõe a visão da mulher na sua totalidade, isto é, como cidadã, cuja saúde se relaciona com seu lugar no mundo, considerando as categorias de gênero, classe social, raça, religião, cultura, família, trabalho e meio ambiente, entre outras.

Esse conceito remete às práticas educativas pois, tradicionalmente, a falta de acesso às informações e aos serviços de saúde, associada à inexistência de um processo de envolvimento da mulher na discussão e na solução de seus problemas contribuem em muito para que ela se mantenha alheia a sua condição de cidadã.

As práticas educativas devem permear as ações das três grandes áreas da atenção integral à saúde da mulher: assistência clínica-ginecológica; assistência pré-natal e assistência ao parto e puerpério.

A assistência integral pressupõe oferta de serviços que desenvolvam ações globalmente dirigidas ao atendimento de todas as necessidades de saúde da mulher. Para isto é necessário um olhar que não fragmente, que a perceba enquanto ser integral. Impõe-se, assim, uma reformulação do modelo assistencial vigente.

Kátia Ratto de Lima / SMS / RJ

DEBATE NACIONAL - MULHER: S

O Salão Branco do Hotel Glória foi onde aconteceram as quatro Mesas que, durante dois dias, mobilizaram o público convidado pela Rede para o Debate. Com uma fala que contextualizou a importância e objetivos do evento e iniciando os trabalhos, Maria Betânia Ávila (SOS CORPO) foi logo incisiva em criticar a ausência do Ministério da Saúde, qualificada como desleixada e desrespeitosa.

SOBRE PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Será que a Pesquisa em Saúde Reprodutiva está sendo conduzida de maneira ética em favor dos interesses da população feminina no Brasil e no mundo? Esta foi uma das questões mais envolventes debatida na Mesa de abertura, coordenada por Maria Isabel Baltar (NEPO/UNICAMP), contando com a participação do Pró-reitor de Extensão da UERJ, Prof. Ricardo Vieira que apresentou a estrutura departamental das universidades, como fator que dificulta uma formação interdisciplinar, exigência básica para a produção do conhecimento pautada pelos interesses sociais. Os professores Aurélio Molina (UFPE) e Sergimar de Miranda (UFMG) abordaram mais especificamente a formação nas áreas de saúde da mulher.

As noções e conceitos de Ética e Saúde Reprodutiva foram trazidas pelo Dr. Molina que tentou demonstrar que a ciência não é imparcial. Existem valores e interesses que permeiam seus caminhos e, no que diz respeito à Saúde Reprodutiva, vêm atendendo uma orientação controlista, refletida no enorme índice de pesquisas que têm como tônica as novas tecnologias contraceptivas em detrimento de uma tônica mais ampla, que investigue os efeitos colaterais destes métodos. Em sua fala, bastante articulada e didática, o Dr. Molina não só diagnosticou os caminhos e tônicas das pesquisas no campo da Saúde Reprodutiva, mas finalizou elencando algumas propostas, entre as quais se destaca a consolidação e ampliação das instâncias decisórias e avaliativas de financiamento, indicando para estes lugares pessoas comprometidas com a saúde integral da mulher, e não com interesses controlistas.

No campo da formação profissional, o quadro apresentado pelo Prof. Sergimar de Miranda apontou fortes tendências para a ênfase na tecnologia que, segundo ele, é determinada por leis do mercado profissional. Foi por ele apresentada a grade curricular do Curso de Medicina da UFMG, considerado um dos mais amplos em termos sociais e um dos únicos que aborda a sexualidade, contendo disciplinas específicas que representam 12% do currículo, o que ainda é muito pouco.

Antes do debate, o Dr. Miranda questionou a REDE sobre a pouca importância dada à discussão sobre o climatério que, segundo ele, vem crescendo "assustadoramente", no que foi corrigido por Isabel Baltar que, diante de uma plateia representativa de mulheres feministas e próximas ou vivendo o climatério, fez a ressalva de que este crescimento é "maravilhoso", provocando risos e aplausos.

O debate trouxe destaque a três questões: o papel dos meios de comunicação na formação e circulação de informações sobre saúde reprodutiva; o poder médico; e a ausência total de pesquisas que analisem o direcionamento das ações controlistas sobre as mulheres negras. Estas questões, apesar de colocadas, não foram aprofundadas no momento da discussão. Entretanto, viraram assunto das conversas em pequenos grupos pelo saguão do Hotel.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - VERDADE E FICÇÃO

O que priorizar na luta pela democratização da saúde: as questões gerais ou as questões específicas? A polêmica - antiga no meio dos movimentos sociais - deu a tônica da segunda mesa do Debate Nacional. A discussão contou com a presença de Sonia Corrêa, coordenadora de pesquisa do IBASE; do Dr. Eleutério Rodrigues Netto, diretor do NESC/FIOCRUZ e do Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde Municipais, Dr. Gilson Cantarino O'Dwyer, sob a coordenação da Dra. Ana Costa (NuSS de Brasília).

Corrêa analisou a ausência do Ministério da Saúde, tendo como pano de fundo a encruzilhada em que se encontra o movimento de mulheres diante dos avanços obtidos na Conferência do Cairo, posterior retrocesso em Copenhague e suas repercussões no processo da Conferência de Beijing (ver pág.6) e das declarações de intenção do governo federal no campo dos direitos sociais. Destacou ainda que o PAISM permanece como um marco de referência para a implantação de qualquer política e assegura: "se existem hoje ilhas de PAISM, isto se deve à pressão da sociedade". A polêmica do dia teve início com a intervenção do Dr. Eleutério Netto, para quem a grande ficção consiste nesta característica do movimento que,

segundo ele, caminha e avança no plano internacional, mas no plano nacional se afasta da realidade. Mas o palestrante destacou o caráter "vanguardista" do PAISM. Concorde que é um marco na luta dos movimentos pela saúde, por propiciar um novo olhar sobre a questão "mais do que sobre as políticas". Ainda assim, afirmou que o programa é anacrônico e precisa ser revisto tendo como referência o Sistema Único de Saúde. Recuperando a história recente da luta pela saúde, apontou a criação do SUS e da lei orgânica municipal como avanços desse processo. Mas ressaltou que o boicote à implantação do sistema - agravado pelos baixos orçamentos para o setor - e o descalço com a redistribuição de poder entre os níveis federal, estadual e municipal provocaram a deterioração na qualidade dos serviços, principalmente no setor público. Dr. Rodrigues Netto criticou o projeto de reforma da Previdência Social, a partir do qual o governo romperia com compromissos recém-firmados. E concluiu sua intervenção sustentando que a viabilidade do PAISM depende da viabilidade do SUS.

O Dr. Gilson Cantarino, destacou as dificuldades de implantação do SUS num contexto político de tendência neoliberal, exemplificando esta situação com as mudanças ocorridas no modelo de financiamento, a partir de 1991, quando este passou a ser orientado pela lógica da produção, afastando a busca pela integralidade. Na opinião do Dr. Cantarino, é preciso romper com essa lógica. Fazendo coro com seu colega, criticou o modelo de Previdência Social que, ao financiar a rede privada, provoca efeitos colaterais perversos: os municípios passam a visar o faturamento, levando a um confronto entre instituições e servidores. A solução para romper com este círculo vicioso seria o estabelecimento de uma nova ética que envolvesse instituições, servidores e usuários(as). Neste sentido propõe que o CONASEMS extrapole a representação formal das secretarias municipais e promova uma parceria com a população.



Dr. Eleutério Rodrigues Netto

No debate foi retomada a polêmica em torno do SUS e PAISM, desta vez através da ótica feminista, apresentada pelas integrantes da Rede que têm trabalhado no campo das políticas públicas. Respalçada duplamente - por sua atuação nos movimentos feminista e sanitaria - Clair Castilho, Conselheira da Rede/Sul, provocou: "ao colocarmos o SUS e o PAISM em perspectivas diferentes, não estaríamos reeditando o binômio luta geral x luta específica?" O questionamento não parou por aí: Clair colocou em xeque a viabilidade do sistema único num contexto neoliberal, argumentando que talvez esse modelo - pensado para o socialismo - não atenda às necessidades de fundo do país.

O Diretor do NESC discordou, afirmando que o SUS é também um instrumento de articulação social. Ele destaca que o sistema não promoverá a Reforma Sanitária apenas por mudanças formais ou legais e sim na medida em que transformar a cultura da promoção, proteção e recuperação da saúde. Desta forma, reitera que o SUS deve estar na ordem dia do movimento de mulheres. E lançou a pergunta: qual tem sido a colaboração dos grupos e redes no processo de implantação/implementação do SUS?

A resposta foi imediata. A Dra. Maria José Araújo lembrou que em todos os documentos produzidos pelo movimento de mulheres, o SUS é colocado como questão fundamental: "A nossa proposta sempre foi a assistência à saúde da mulher dentro do SUS. Até porque a maioria das mulheres não tem acesso a um bom atendimento. Na verdade, o PAISM é uma filosofia, uma abordagem que, até então, nenhum outro movimento havia colocado em pauta. E o que as mulheres desejam, na prática, são ações programáticas que resolvam seus problemas." A campanha de prevenção de câncer cervical, realizada pelo SOS CORPO

SEXUALIDADE, SAÚDE E CIDADANIA



A Mesa sobre Políticas Públicas

no Recife, foi lembrada por Sonia Corrêa como um exemplo concreto de como o movimento articula poder público, grupos de mulheres e iniciativa privada na mobilização da sociedade em defesa da melhoria na qualidade da assistência à saúde.

A Dra. Ana Lipke (Rede/RJ), frisou que a baixa qualidade do atendimento à saúde desmobiliza a sociedade para a defesa do SUS e Edna Roland (Geledés) colocou em dúvida o entendimento da população sobre o sistema: "talvez o SUS seja abstrato para a maior parte da população", afirmou ela. E finalizou sua intervenção com uma proposta: "Porque não fazer uma campanha em defesa do SUS, considerando uma perspectiva de gênero?"

SAÚDE DAS MULHERES - DÍVIDA SOCIAL

A terceira Mesa, coordenada pela Dra. Maria José Araújo (Coletivo Feminista), teve como tema A Saúde da Mulher Dentro do Novo Quadro Político-Econômico. Contou com exposições da Dra. Elza Berquó (CEBRAP/NEPO); Dr. André Médici (FUNDAP/IESP); e Dra. Maria Cristina Boaretto (SMS/RJ).

A Dra. Berquó destacou que o acentuado declínio da fecundidade entre as mulheres brasileiras nas últimas duas décadas se deu em um contexto marcado por: uma grande instabilidade econômica; grandes conflitos de interesse do setor privado que acabaram retardando a implantação do SUS; uma redução gradativa dos recursos públicos destinados à saúde; e a não implementação em todo o território nacional de programas de saúde reprodutiva. Esse cenário desfavorável trouxe sérias repercussões para a saúde da mulher, uma vez que a maioria da população feminina recorre exclusivamente ao setor público.

Com relação ao financiamento dos programas de planejamento familiar no Brasil, o Dr. Médici ressaltou que a maior parte dos recursos que mantêm atividades neste campo provém de organismos internacionais. Estima-se que estas entidades tenham realizado empréstimos e doações ao país, no biênio 1989/1990, da ordem de 10,7 milhões de dólares, sem contar parte do empréstimo do Banco Mundial, relativo ao Projeto Nordeste, cujo valor total é de 267 milhões de dólares. Esses recursos têm sido destinados à distribuição de contraceptivos, contracepção cirúrgica, treinamento de pessoal, orientação para o planejamento familiar e publicações. Ao mencionar essas cifras, o Dr. Médici chama a atenção para o fato de que os organismos internacionais financiadores passaram a não mais considerar o Brasil como prioridade, e buscam soluções para a desativação de seus programas no país.

A Dra. Maria Cristina Boaretto fez um relato sobre o importante esforço de implantação do PAISM na rede pública municipal do Rio de Janeiro, que inspirou uma discussão sobre a urgência, por parte do movimento de mulheres, em contar com um dossiê sobre esta e outras experiências similares, de caráter tão pioneiro. Este dossiê poderia respaldar os debates com o MS e demais instâncias de governo.

Foi enfatizada ainda a desatualização e não confiabilidade dos dados fornecidos pelo MS. A última estimativa oficial para a taxa de mortalidade materna no país data de 1988. Sendo a mortalidade materna o reflexo direto das condições de vida e da qualidade da assistência, a atualização desses dados foi apontada como fundamental para a formulação de políticas e ações de saúde.

No debate, mereceu destaque a preocupação com a ausência de um pronunciamento oficial do atual governo no campo da saúde da mulher.

LIBERDADE, SEXUALIDADE E CIDADANIA

Para entrelaçar estes conceitos, tradicionalmente colocados nas esferas opostas do privado e do público, os participantes da última mesa apresentaram os pontos de vista da psicanálise, da ciência política e a experiência de trabalho com pessoas e grupos transgressores da lei ou das normas sexuais.

O Dr. Benilton Bezerra, psicanalista do Instituto de Medicina Social/UERJ criticou a maneira de pensar liberdade e democracia que, ao romper com os limites opressores, pretende criar um mundo de liberdade a partir do estabelecimento da verdade. Os limites que esta visão coloca podem chegar a extremos que tornam-se opressores, como sucedeu com o nazismo, por exemplo.

Afirmou ainda que, para a psicanálise, não existe uma natureza humana a ser realizada individual ou socialmente e a "experiência humana é permanente invenção". Portanto, o homem cidadão é mutante. Contra as verdades absolutas, citou Cornelius Castoriadis, para quem "uma sociedade

justa é aquela onde as idéias de democracia estão sendo postas em questão". No entanto ressaltou que, longe de implicar um relativismo total, a política permeia as respostas individuais e coletivas a este questionamento, pois "não escapamos nunca de defender valores históricos e contingentes". Celia Sterenzfeld, coordenadora do Programa Integrado de Marginalidade (PIM/ISER) descreveu as atividades do PIM em pesquisa e intervenção em saúde com mulheres; homens e travestis que trabalham em prostituição; e com presidiários. Assim como a sexualidade é, para a palestrante, uma energia que está situada entre a liberdade e a cidadania, a ética pode ser mediadora neste debate pois "só quem pensa livremente mantém a ordem". Como exemplo disto, citou os travestis -para os quais o corpo é material de trabalho- que têm discutido em grupo a respeito da autoimposição de limites sobre a hora e lugar para exposição de seus genitais em público com a finalidade de atrair fregueses.

Jacqueline Pitanguy (CEPIA) ressaltou que liberdade e cidadania não podem ser desvinculadas da exclusão e variam ao longo da história. Ao mesmo tempo, a liberdade está ligada à honra e ao espaço público, onde a mulher não circula. Sua honra provém então da esfera privada, onde lhe é vedado o domínio corporal. Para as mulheres então, a construção da cidadania e da liberdade passa necessariamente pelo domínio corporal.

A mesa teve uma chispa fugaz de polêmica quando Sterenzfeld sugeriu que o movimento feminista tenha se afastado da discussão sobre a sexualidade, barganhando-a pela escolha reprodutiva, como tema de mobilização: "Se somos sérias falamos de política, não de sexo", teria sido o argumento. Foi talvez a visibilidade de aspectos considerados malditos -como a bissexualidade masculina- o motivo para trazer de volta a sexualidade para a agenda do movimento. Pitanguy rebateu, afirmando que desde fins da década de sessenta as feministas trouxeram o sexo para o terreno político. No entanto reconheceu -como tem feito boa parte do movimento de mulheres pela saúde- que a AIDS impõe a necessidade de repensar a sexualidade, porque questiona a idéia de liberdade nas práticas sexuais.

A intervenção da plenária deu vida à discussão e trouxe a relação entre cidadania, sexualidade e liberdade para o terreno concreto das práticas sociais e experiências individuais. Respondendo à pergunta da jornalista Marcia Regis (TV Cultura) sobre a difícil relação entre imprensa e movimento de mulheres, Jacqueline Pitanguy considerou que tem havido maior abertura, ainda que marcada pelo circunstancial e por um ranço de preconceito. A pouca relevância política das mulheres no cenário nacional retira-lhes poder e, conseqüentemente, visibilidade na mídia. Mas em momentos em que os temas caros às mulheres são levados com força e expressão, certos setores da imprensa respondem medianamente.

Diferentes interpretações sobre a identidade opuseram a Mesa. O Dr. Benilton Bezerra analisou duas interpretações vigentes sobre a identidade. Para ele, a identidade é historicamente constituída e pode ser abandonada ou transformada, sendo fruto de um conjunto de forças na qual o indivíduo é ator e produtor. Assim encarada, a construção da identidade passa a ser um exercício de liberdade e um fator circunstancial. A visão oposta, que define identidade a partir de um traço "natural", se afasta deste exercício. Como exemplo, citou a cor da pele, cuja classificação varia segundo os padrões culturais. Assim, um nórdico, um beduíno e um asiático definiriam negros e brancos de maneira distinta, porque "só enxergamos com palavras, nunca com os olhos".

Edna Roland (Geledés), chamou a atenção para a ausência da questão racial nas exposições da Mesa. Maria José do Espírito Santo (CEDIM) e Simone Diniz (Coletivo Feminista), tomaram a palavra para lembrar que, ao contrário do afirmado por Sterenzfeld, o movimento de mulheres tem



Simone Diniz: uma fala feminista

aprofundado a reflexão sobre sexualidade em todos os níveis, no trabalho cotidiano dos grupos e em encontros internacionais, além de ser tema de demandas do movimento no último PrepCom para Beijing.

**REDE NACIONAL
FEMINISTA
DE SAÚDE
E DIREITOS
REPRODUTIVOS**





RUMO A BEIJING

- POR CAMINHOS TORTUOSOS -

No último dia do Encontro da Rede, recebemos por fax um Pronunciamento das Feministas da América Latina e Caribe participantes do Comitê Preparatório (PrepCom) para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher/ Beijing 95. A mensagem denunciava as investidas no sentido de retroceder em "temas vitais para as mulheres". Conquistas expressas nos documentos da Cúpula de Meio Ambiente (Rio/92), das Conferências de Direitos Humanos (Viena/93) e População e Desenvolvimento (Cairo/94) e da Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague/95) estão postas em risco. Os grupos que compõem a Rede e mais a Articulação Brasileira de Mulheres para Beijing (Articulação), enviaram no mesmo dia um telegrama de apoio, dirigido à Secretária Geral da Conferência, Gertrud Monghella.

CONVERSA NA VARANDA

Representantes da Secretaria da Articulação que estiveram presentes nas primeiras fases dos trabalhos em NY (Reunião Satélite e Fórum de Consultas às ONGs/ Ver Agenda Conferências/pág.8) tinham alertado, dois dias antes, para o rumo frustrante das negociações. "Saímos de lá pessimistas. Chegaremos à China com uma colcha de retalhos e ainda com problemas de credenciamento", afirmou Santinha (CMB) a um grande grupo reunido na varanda do Hotel Glória. O Vaticano está tentando impedir o credenciamento das Católicas pelo Direito de Decidir e 4 ONGs do Oriente estão também sendo barradas por seus governos ditatoriais. O Plano de Ação que está sendo trabalhado no PrepCom é fragmentado e não privilegia algumas questões importantes. "A partir daí começou a selva para interferir nas negociações", afirmava Schuma (REDEH).

A CÚPULA DE DESENVOLVIMENTO

- Retrocesso anunciado -

Expremidida entre a Conferência do Cairo e a de Beijing, que será em setembro, houve a Cúpula de Desenvolvimento em Copenhague. Já a partir dali o Vaticano e os fundamentalistas, derrotados no Cairo, emergiram: "se debruçaram sobre a densa agenda de Copenhague dispostos a dar o troco", disse Sonia Corrêa, em entrevista ao Jornal da Rede. Segundo Corrêa, as mulheres estavam nitidamente menos articuladas e preparadas do que no processo do Cairo. O movimento, e importantes aliados da cooperação internacional, consideraram que a batalha tinha sido vencida no Cairo, e que Copenhague iria abordar apenas questões de ordem macro-econômica sobre as quais se colocam divergências internas. Esta postura minimizou a potencialidade da Cúpula de Desenvolvimento em termos de ser mais um lugar de embate sobre questões de gênero. "O documento final do III PrepCom para Copenhague era repleto de colchetes. Grande parte deles eram sobre trechos que tratavam de questões de Gênero, Saúde Reprodutiva e Família (12) e vinham na mesma proporção que os colchetes referentes a aspectos macro-econômicos como Dívida e Recursos Adicionais (12 também)". Apesar da posição favorável do Brasil no processo das Conferências da ONU, em Copenhague seu grupo de pressão, o G77, mudou de tática, para imprimir uma ação em bloco, diferentemente do Cairo, onde puderam

se colocar de forma independente quando não havia consenso. As divergências no interior do G77 são precisamente referentes a Gênero, Direitos Reprodutivos e Cooperação Internacional. O Brasil esteve mais cauteloso e silencioso em Copenhague. A ausência de Fernando Henrique foi assim analisada por Edna Roland em entrevista ao JR: "Esta ausência revela sua falta de percepção do papel que o Brasil representa no plano internacional". O resultado foi que, com domínio sobre a agenda, nossos adversários conseguiram retirar os termos 'Famílias', 'Direitos Reprodutivos' e foi uma batalha para manter o termo 'Saúde Reprodutiva'.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS EM NY

Estavam em Nova York 182 países e cerca de 1400 ONGs. Os países se dividem em 4 blocos: o G77 (com sua tendência de alinhamento em bloco); a União Européia (que chegou com uma proposta de Plano alternativa e avançada, a qual ia apresentando em doses homeopáticas); o bloco formado por EUA, Canadá, Japão, Noruega e Austrália (com o qual se consegue alianças para as questões de gênero); e o Vaticano com suas parcerias. As reuniões de ONGs totalizavam 30 por dia, conforme relata Guacira de Oliveira (CFEMEA). Diferentes grupos de pressão se organizam por região ou por temas. O Fórum Internacional de ONGs e a WEDO mantiveram seu forte papel enquanto articuladores do trabalho diário, oferecendo informações e ajudando a montar estratégias de lobby para influenciar as delegações oficiais.

A Delegação Oficial brasileira pode ser considerada progressista. Além dos representantes do Itamaraty, integravam-na feministas, como Rosiska Darcy de Oliveira, Eva Blay e Jacqueline Pitanguy; deputadas como Martha Suplicy (PT), Fátima Pelaes (PFL), Socorro Gomes (PCdoB) e Jandira Feghali (PCdoB). Conforme relatam as feministas lá presentes (eram 17 ao todo), o Brasil foi eloquente na defesa das posições do Cairo - assim como a União Européia - mas as resistências eram grandes.

A delegação da Argentina, por exemplo, estava preparada para combater a legalização do aborto e comportou-se praticamente como porta-voz do Vaticano. O Caribe tem posições avançadas no que diz respeito ao conceito de Famílias, mas no fim fechou com a África numa proposta - não aprovada - de dividir o Plano de Ação em dois capítulos, um para mulheres e outro para meninas. Se esta posição passasse, poderia significar a menor disponibilidade de recursos para projetos dirigidos especificamente às mulheres. O Plano de Ação ganhou o peso de uma série de colchetes e é assim que ele vai para Beijing. Rosiska relativiza o pessimismo e a ameaça de retrocesso, baseando-se na afirmação da própria Gertrud Monghella, em reunião com representantes da América Latina que tinham ido a ela reclamar da falta de tradução nas reuniões fora da plenária: "Os compromissos do Cairo devem ser respeitados".

E AGORA MULHERES?

A Articulação iniciou seus trabalhos em maio de '93. Hoje são quase 500 grupos envolvidos no processo de preparação para a Conferência. A estratégia foi usá-la como pretexto para aglutinar, fortalecer e ampliar o movimento de mulheres no

Brasil. Já tivemos 3 reuniões nacionais e estão sendo tiradas representações estaduais para a Conferência Nacional, a se realizar em maio, onde será aprovado um documento único, baseado nas contribuições de quase todos os estados (25). A CUT e outras categorias profissionais estão também participando. "O processo está lento, mas obedecendo a uma participação de amplos setores". (Santinha)

Um dilema se coloca então: como preservar a riqueza desta articulação sem esquecer a necessidade estratégica de concisão e de contemplar as articulações com a Delegação Brasileira e instâncias internacionais para uma boa intervenção em Beijing? Como preparar esta intervenção, que exige uma qualificação enorme, "em termos de saber conceituar, de compreensão do processo das conferências e conhecimento dos textos aprovados nas conferências anteriores. E tudo isto em inglês!", conforme afirma Edna Roland. Hildesia Medeiros (CACES) aponta um caminho: "a Conferência Nacional pode ser um espaço de posicionamento sobre isto. Temos que criar um mecanismo de transformar nosso documento em algo objetivo que se traduza em emendas", ao que Gilda Cabral (CFEMEA) acrescenta: "há que comprometer o governo brasileiro com nossas propostas".

Há consenso entre as feministas que estavam no PrepCom de NY a respeito da importância da posição brasileira nas negociações. Mantem-se a expectativa, por parte do movimento, de ainda debater com o governo o conteúdo do Documento Oficial. E o texto a ser tirado na Conferência Nacional servirá de referência para esta discussão.

Para que os compromissos do Cairo sejam respeitados em Beijing há que repensar nosso próprio caminho. Apesar de termos pouco tempo, urge sim reverter este processo, pois afinal, "é sobre o corpo, a sexualidade, a vida das mulheres que esta batalha se trava".

DE ÚLTIMA HORA!!!

O PrepCom terminou na sexta-feira (7/04) e não sabemos se 'Gênero' está ou não entre colchetes. Até 5ª feira estava. Confirmadamente, 50% do Capítulo sobre Saúde está entre colchetes, assim como UNIFEM e, pasmem!, a palavra 'Universais', do termo Direitos Humanos. O lobby antiabortcionista, dos grupos que apoiam o Vaticano, distribuiu material pró colchetes no termo 'Gênero', alegando que as feministas querem transformar as mulheres em homens e os homens em mulheres. E acrescentam: falar de 'Gênero' é falar de 5 gêneros: homens, mulheres, homossexuais homens, homossexuais mulheres e, por último, 'pessoas que gostam de transar com animais'. Um grupo canadense antifeminista denominado "Verdadeiras Mulheres do Canadá" fez circular um documento, na 5ª feira, de tom claramente anti-semita.

GÊNERO E EPIDEMIOLOGIA: UMA ARTICULAÇÃO NA BUSCA DA EQUIDADE EM SAÚDE

Estela Aquino (*)

Embora a década de 80 tenha sido marcada por um intenso debate sobre saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, o processo de produção e difusão de conhecimentos sobre estes temas encontrava-se, até bem recentemente, fora do espaço acadêmico.

No âmbito da Epidemiologia, apesar da variável sexo ser analisada na maioria dos estudos, as diferenças entre homens e mulheres têm sido naturalizadas e as contribuições teóricas do feminismo no que diz respeito às relações de gênero foram incorporadas de modo ainda incipiente.

A história recente da Epidemiologia mundial caracteriza-se por um grande desenvolvimento, seja produzindo conhecimentos sobre o processo saúde-doença, ou embasando práticas de prevenção e controle de doenças e manutenção da saúde. No Brasil, desde 1990, foram realizados dois grandes encontros científicos nacionais nessa disciplina - os Congressos Brasileiros de Epidemiologia de 1990, em Campinas e de 1992, em Belo Horizonte.

Recorrendo-se às publicações desses dois Congressos, verifica-se que os estudos sobre a mulher constituíram uma parcela mínima (6,2% das comunicações coordenadas e 7,4% dos posters). Dentre esses poucos trabalhos, a grande maioria (69,3%) contemplava aspectos da saúde reprodutiva - contracepção, gestação, assistência pré-natal, AIDS etc., proporção que se eleva para 76,2% se acrescidos os trabalhos relativos à prática de aleitamento e sua relação com a saúde. Entre os eventos centrais dos dois Congressos, a reprodução foi contemplada unicamente como fecundidade, compondo o elenco de fenômenos que caracterizam a transição demográfica e epidemiológica e, ainda assim, em apenas uma mesa-redonda em 1990 e uma palestra em 1992.

Buscando ampliar o espaço para a temática da saúde da mulher no próximo Congresso, um grupo de pesquisadoras, com a participação especial da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos,

encaminhou uma proposta de atividades à Comissão Científica do evento, a qual foi aprovada integralmente.

O III Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em realização conjunta com o II Congresso Ibero-Americano de Epidemiologia e com o I Congresso Latino-Americano de Epidemiologia, acontecerá em Salvador de 24 a 28 de abril, estando prevista a participação de três a quatro mil pessoas. Sua programação contará com um curso sobre "Métodos Epidemiológicos em Saúde Reprodutiva" além de painéis, palestras e comunicações coordenadas sobre aspectos variados da saúde da mulher. Terá, ainda, como atividade de pré-congresso, uma oficina de trabalho abordando o estado atual da produção do conhecimento epidemiológico sobre gênero e saúde, suas lacunas e desafios.

Paralelamente ao evento, ocorrerá a 1ª Mostra de Tecnologia em Epidemiologia, na qual a Rede terá um estande para divulgação de vídeos, textos e material educativo produzidos pelos grupos a ela filiados.

A realização do maior evento científico em Epidemiologia na Ibero-América é uma oportunidade privilegiada para a circulação de idéias e para que se amplie o diálogo entre a comunidade científica e o movimento de mulheres. A mídia estará voltada para os conhecimentos lá divulgados, com um espaço excepcionalmente mais amplo do que o habitual, o que pode contribuir para aumentar a consciência da população, especialmente das mulheres, quanto à saúde e aos direitos reprodutivos.

Espera-se que esse evento inaugure uma articulação definitiva entre o movimento feminista e os pesquisadores e demais profissionais da área de Saúde Coletiva, consolidando e fortalecendo alianças na busca da equidade em saúde.

(*)Estela Aquino é epidemiologista, pesquisadora do MUSA/ ISC-UFBA e integrante da Rede.

UM CLIMATÉRIO MARAVILHOSO

Durante o Debate Nacional, o Dr. Sergimar Miranda, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), deu entrevista ao Jornal da Rede sobre um projeto que une a UFMG, o grupo Mulher e Saúde (MUSA), o SUS e a prefeitura de Belo Horizonte em torno de um aspecto pouco estudado da saúde reprodutiva: o climatério.

O projeto, que conta com o apoio da Fundação MacArthur, está planejado para três anos e pretende montar um centro de atendimento para mulheres de baixa renda no climatério. "O objetivo é conhecer os valores, as expectativas e as ansiedades das mulheres de baixa renda nessa fase da vida", afirmou o Dr. Sergimar. Grupos focais, organizados em colaboração com a organização Mulher e Saúde (MUSA), permitirão conhecer estas necessidades e, a partir delas, adequar a estrutura de atendimento do centro, que vai funcionar no Hospital das Clínicas (HC) de Belo Horizonte.

A proposta de trabalho envolve também o Serviço de Climatério do HC, o Sistema Único de Saúde (SUS) - através do PAISM -, a Secretaria de Estado de Saúde e a Sociedade de Ginecologia. O objetivo do pesquisador é sensibilizar os profissionais que atuam nestes setores para que o climatério ganhe importância na atenção à saúde da mulher.

Na primeira fase está sendo feito um levantamento populacional das mulheres no climatério, a partir de dados do censo de 1991 e da Secretaria Municipal de Saúde. Além de indicadores sócio-econômicos, a equipe investiga o tipo de intervenção ginecológica realizado nas mulheres, como a histerectomia, por exemplo, que tem um índice alto entre mulheres no climatério. O Dr. Sergimar apontou que, se bem é certo que hemorragias, miomas e outros distúrbios podem levar à indicação de histerectomias, os ginecologistas costumam privilegiar a cirurgia em detrimento de opções terapêuticas a médio prazo: "Algumas colegas têm a visão de que o útero é apenas um órgão reprodutor e, se a mulher não vai ter mais filhos, ele pode ser retirado. Mas esquecem de avaliar o que representa o útero para a mulher, as consequências de sua retirada para a sexualidade e as sequelas para a saúde. Depois da cesariana, a histerectomia é a segunda cirurgia ginecológica mais realizada no mundo".

Outro aspecto a ser considerado pela pesquisa é a reprodução no climatério. Tem havido um aumento do número de mulheres que decidem ter filhos depois dos 35 anos, apesar de que a cultura médica continue classificando a gravidez nessa idade como de risco. Mas o Dr. Sergimar, com base nos estudos realizados, afirma que "se a mulher não for diabética ou hipertensa, ela pode levar a gravidez adiante sem problemas".

Paralelamente o pesquisador está fazendo um levantamento de trabalhos e pesquisas feministas sobre o climatério. Com diplomacia, ele atribui a escassez de produção sobre o tema à ampla agenda do movimento de mulheres pela saúde. Cremilda Costa, coordenadora do MUSA, confirma que tem encontrado poucas interlocutoras. Desde que a organização foi criada, a maior demanda de informação e serviços provém de mulheres no climatério: "São as mulheres mais acessíveis, as mais sensíveis e com maiores necessidades". Para seu trabalho, o MUSA conta unicamente com materiais da rede pública e do Ministério da Saúde, além de algumas reflexões feitas com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde(SP). A equipe tem constatado que nesta faixa de idade, as mulheres estão menos preocupadas com a saúde e mais atentas a uma revisão das perdas e ganhos de suas vidas. Por isso, os grupos focais incluirão mulheres mais jovens, para que aprendam com a experiência das mais velhas.

Como assinala o Dr. Sergimar, "apesar do crescimento médio da população estar abaixo de 2%, o grupo populacional na faixa etária do climatério cresceu aproximadamente 8 vezes nos últimos anos". A pesquisa e seus resultados vão permitir, para uma parcela crescente da população feminina de Belo Horizonte, caminhar em direção a um climatério maravilhoso.

ABORTO LEGAL É TEMA DE SEMINÁRIO NO NORDESTE

Em maio se realizará, no Recife e em João Pessoa, um seminário sobre atendimento ao aborto previsto em lei. A iniciativa é parte dos Projetos de Intervenção nos Serviços Públicos de Saúde, do SOS CORPO e Cunha. Seu objetivo é criar condições de implantação de serviços de referência para o atendimento dos casos de gravidez resultante de estupro nestas capitais. Em reunião realizada no Rio, durante o Debate Nacional, ficou acertado que, além do Seminário, será oferecido um treinamento em serviço, para equipes de profissionais de saúde previamente selecionadas. Participaram desta reunião: Miranete Arruda (Chefe do Departamento de Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Recife); Clarice Mota (IPAS); Elcylene Leocádio (SOS CORPO); Gilberto Soares e Edinalva Bezerra (Cunhã); Suely Oliveira (Curumim); Irolide Gonçalves Pereira e Osmar Colás - responsáveis pelo Programa do Aborto Legal do Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya /SP (Hospital de Jabaquara). Este trabalho contará com os seguintes apoios: Centro de Saúde Amauri de Medeiros da Universidade de Pernambuco; Secretaria Municipal de Saúde da Cidade do Recife; e IPAS.

Campanha de assinaturas



estudos feministas

Há cerca de dois anos, o Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, da Escola de Comunicação da UFRJ vem divulgando o pensamento feminista através da Revista de Estudos Feministas. Trata-se, atualmente, da única revista do gênero no Brasil e traz o melhor da produção de conhecimento em diversas temáticas: saúde, direitos reprodutivos, violência, literatura, cinema e história entre outras disciplinas.

Com o apoio da Fundação Ford e da Fundação Universitária José Bonifácio e das assinaturas a equipe editorial, coordenada por Maria Luiza Heilborn, vem mantendo essa produção, que se destaca não só pela qualidade dos artigos, dossiês e resenhas apresentadas, mas também pela cuidadosa apresentação gráfica.

Apesar disso, a Revista de Estudos Feministas está enfrentando dificuldades financeiras que colocam em risco sua continuidade. Buscando alternativas para minimizar essa crise, as editoras estão lançando uma campanha de assinaturas em todo o país.

O JORNAL DA REDE se integra a esta campanha, estimulando os grupos de mulheres para que divulguem e assinem a Revista, que é publicada semestralmente. A assinatura anual custa bem barato: R\$ 22,00 (vinte e dois reais) e o pedido deve ser encaminhado ao CIEC/ ECO/UFRJ - Av. Pasteur, 250 - fundos - CEP: 22290-240 - Praia Vermelha/Rio de Janeiro. Telefone e fax: (021) 542-4877 e (021) 275-1647.

ACONTECEU

• 13 e 14 de março, Nova York. O Banco Mundial convidou uma ampla representação do movimento internacional de mulheres para fazer uma consulta sobre política macro-econômica e a Conferência de Beijing. Pela primeira vez abre-se um diálogo formal com o movimento, o qual teve oportunidade de se colocar criticamente diante da política daquela instituição. Participaram, entre outras, Peguy Antrobus (DAWN), Eugênia Pisa (OXFAM) e Marcia Rivera (CLACSO).

• 20 a 22 de março, Araraquara. O Seminário "Gênero, Ciência e Tecnologia" - coordenado por Lucila Scavone - reuniu cerca de 160 pessoas, entre estudantes, cientistas e ativistas do movimento feminista. Foi grande a repercussão na imprensa e a mobilização, com participação de estudantes, em torno da questão do aborto. Em breve os resultados serão publicados. Valeu, Lucila!!!

• 5 e 6 de abril, Nova York. Comitê *ad hoc* do FNUAP sobre Gênero População e Desenvolvimento. Este é o primeiro momento de acompanhamento dos resultados da Conferência do Cairo em que a instituição convida outros atores. Do movimento de mulheres participaram Sonia Corrêa, Devake Jain (DAWN) e Nahid Toubia (Rainbow). Os resultados foram positivos, tendo sido dada ênfase à discussão de Direitos e tratada, com grande clareza, a participação das ONGs

no processo de implementação, respeitando sua autonomia.

LANÇAMENTOS

"Aborto Legal". Realizado em 94 pela ECOS, com direção de Reginaldo Bianco e produção da Três Laranjas Comunicação. Recomendado para profissionais de saúde e educação. O vídeo, que tem duração de 32', pode ser encomendado pelo telefone (011) 573.8340 ou pelo e-mail: ecos@ax.apc.org.

• "Sexo, giz e apagador" - Recente produção do Grupo Transas do Corpo, de Goiás. Com uma linguagem bem-humorada, o vídeo levanta a discussão sobre a educação sexual nas escolas. Faz parte de projeto desenvolvido pelo grupo na rede pública de Goiás com o objetivo de imprimir uma perspectiva não sexista e de prevenção das DSTs/AIDS. O vídeo foi produzido pela Três Laranjas e gravado em BETACAM. Duração: 30'. Endereços: Transas do Corpo - Av. Anhanguera, 5674/sala 1304 - Goiânia/GO - CEP: 74039-900.

EM PAUTA

• A Editora Rosa dos Tempos foi comprada pela Record. Rose Marie Muraro avisa às feministas que têm trabalhos prontos para publicação, que ela mantém absoluta "autonomia de voo" e está à disposição para receber originais. Contato com Rose: (021) 585-2049.

• A feminista sul-africana Barbara Klougman está redigindo, para o novo



CANAL SAÚDE

UM PROJETO PROMISSOR

A FIOCRUZ, através do projeto Canal Saúde, está ampliando seu acervo de vídeos, para veiculação em canal UHF, através de convênio com o Ministério da Saúde e Embratel. As transmissões são captadas por qualquer instituição ou residência que possua antena parabólica. A partir de março o programa começou a ser veiculado toda 2ª e 6ª feira às 6 hs. Está liberada sua gravação para utilização das fitas em trabalhos educativos. As Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde têm a tarefa de montar "unidades receptoras locais", com auditório e equipamento necessário para a transmissão dos programas, que serão uma fonte importante de informações para operacionalizar a implementação do SUS.

A Rede (e outras instituições) foram contactadas, e suas integrantes convidadas a enviar trabalhos, gravados em fitas U-Matic ou Betacam. Cópias serão feitas às custas do próprio Canal Saúde. Trata-se de uma oportunidade única de ampliar os canais de veiculação de nossas idéias.

O PROJETO SE AMPLIA

Através de convênio com a TV Educativa, o mesmo projeto está produzindo o programa Canal Saúde, transmitido pela emissora toda 4ª feira às 22 hs. A Rede foi convidada para colaborar na produção de 4 programas sobre saúde da mulher. O primeiro desta série foi gravado durante o Debate Nacional, no Rio de Janeiro, com roteiro feito pela Comissão de Comunicação sob a coordenação de Cristina Cavalcanti (ISER). Quem sintonizou a cadeia nacional da Educativa dia 5 de abril, teve a oportunidade de se atualizar sobre as repercussões da Conferência do Cairo no Brasil, no que diz respeito à saúde da mulher e como o governo brasileiro tem se comportado perante os desafios que esta questão coloca para o país. Vale à pena ficar de olho na tela!

Informações: Superintendência do Canal Saúde/ FIOCRUZ - Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - 21045-900 - Tel. e fax: (021) 290-0287 e 280-9441.

governo daquele país, um chamado *green paper* - proposta de política - sobre saúde reprodutiva. Sonia Corrêa foi contactada pela ativista para fazer uma revisão do referido texto, para o que está buscando parceria com outras integrantes da Rede.

• 18 a 25 de junho, Rio de Janeiro. 17ª Conferência Mundial da IGLA - Associação Internacional de Gays e Lésbicas, organizada pelo Movimento Homossexual Brasileiro. Contatos: tels.: (021) 322-4150/(021) 254-6546; fax: (021) 286-8996 e Caixa Postal 4305, CEP 20001-970/Rio de Janeiro.

AGENDA CONFERÊNCIAS

JÁ ACONTECEU

• Janeiro/95, Porto Alegre. Reunião do Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing.

• Janeiro/95, Nova York. III PrepCom para a Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento.

• Fevereiro/95, Lima. Reunião do Fórum de ONGs da América Latina e Caribe, para fechar o documento/ proposta para o PrepCom/ Beijing - NY.

• Março/95, Copenhague. Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento.

• Março/95, Nova York. Reunião Satélite de ONGs da América Latina e Caribe para retirar 15 prioridades consideradas inegociáveis.

• Março/95, Nova York. Fórum de Consulta às ONGs, onde se deram as negociações, com as diferentes regiões

do planeta, a partir dos pontos prioritários.

• 15 de março a 4 de abril (com prorrogação por mais 3 dias), Nova York. PrepCom da IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing '95.

• A Articulação já realizou as seguintes Conferências Estaduais: RJ/ PB/ PE/ GO/ PV/ BA. São Paulo realizou um Seminário Estadual e Para dois. Alguns municípios fizeram também seminários: Região Serrana do RJ/ Baixada Fluminense/ Vale do Paraíba do Sul.

VAI ACONTECER

• 7, 8 e 9 de abril, Belo Horizonte. Seminário Estadual de MG. Contato: Myriam Marques (Miroca), tel. e fax: (031) 225-3932/ 238-4463.

• 22 de abril, São Paulo. Conferência Estadual. Contato: Mª Liège Rocha, tel.: (011) 570-7570/ 259-8388-r.1451.

• 29 e 30 de abril, Brasília. Reunião do Comitê Nacional da Articulação.

• 19 a 21 de maio, Rio de Janeiro. Conferência Nacional, para traçar a estratégia de intervenção na Conferência de Beijing. (local e data a serem confirmados)

• 31 de agosto, a 8 de set., Beijing/ China. Fórum de ONGs.

• 4 a 15 de setembro, Beijing/ China. IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

Informações gerais: Rua das Palmeiras, 90/ 3º andar, Rio de Janeiro/RJ - 22270-070. Tel. e fax: (021) 246-0788 e 286-1209 (Marcia).

JORNAL DA REDE
REDE NACIONAL
FEMINISTA
DE SAÚDE
E DIREITOS
REPRODUTIVOS

Nº 9 - Abril/1995 - Publicação quadrimestral. Este jornal é uma publicação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Jornalista Responsável: Márcia Larangeira - Reg. 18194 - DRT/RJ. Conselho Editorial: Conselho Diretor da Rede. Colaboradoras: Elylene Leocádio, Regina Barbosa, Madalena Guilhon, Schuma, Gilda Cabral. Equipe Editorial: Angela Freitas, Márcia Larangeira, Maria Betânia Ávila. Equipe de Reportagem e Redação: Márcia Larangeira, Cristina Cavalcanti, Jacira Mello, Estelizabeth Bezerra, Angela Freitas. Cópidesque/

revisão/edição: Angela Freitas. Produção Executiva: Solange Rocha. Projeto Gráfico: DESIGN. Fotos: Daniel Mattar. Diagramação: IDAC. Impressão: Gráfica Teatral. Apoio Financeiro: UNIFEM. Tiragem: 12.000 exemplares. Correspondência: Secretaria de Rede - Rua Bartolomeu Zunega, 44 - Pinheiros - São Paulo/SP - 05426-020. Tel/Fax: (011) 212 8681/813 8578. E-mail: cfsaude@ax.org / Autorizamos a reprodução total ou parcial dos artigos desse jornal, desde que citada a fonte. Solicitamos o envio de uma cópia da publicação a Secretaria da Rede.